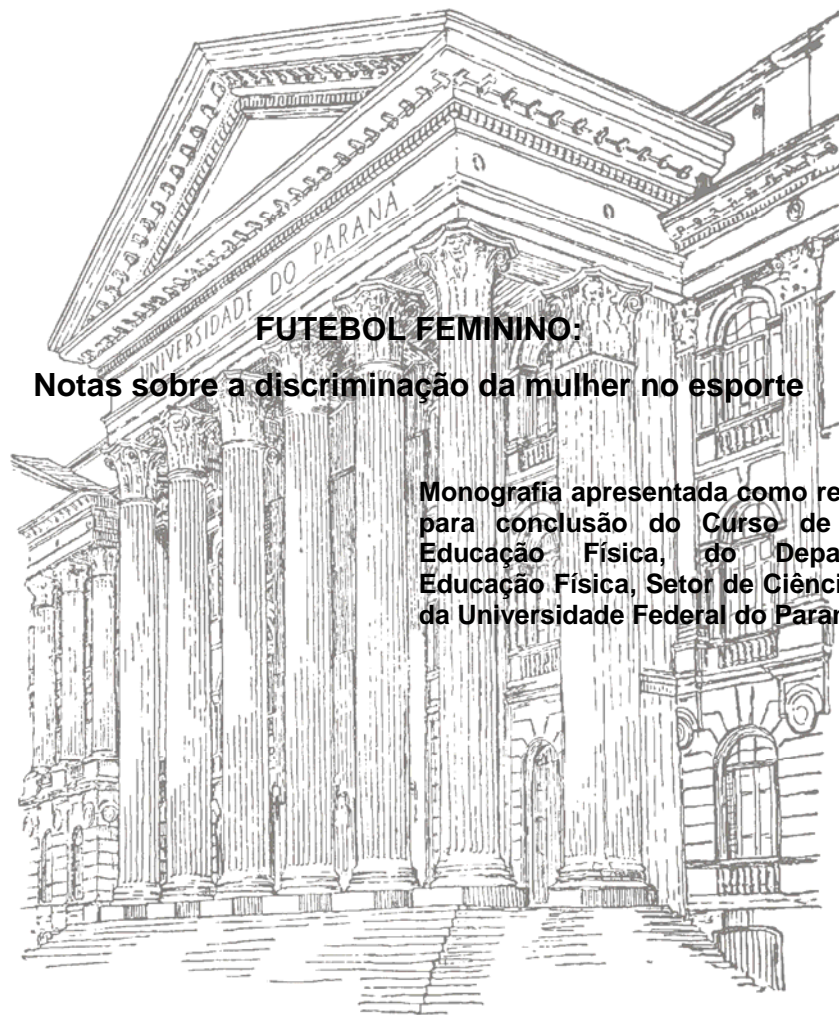


**JIMMY SHANTRI MIQUELASSO**



**FUTEBOL FEMININO:**

**Notas sobre a discriminação da mulher no esporte**

**Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Bacharel em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.**

**CURITIBA**

**2005**

**JIMMY SHANTRI MIQUELASSO**

**FUTEBOL FEMININO:**

**Notas sobre a discriminação da mulher no esporte**

**Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Bacharel em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.**

**Profº. Orientador:**

**ANDRÉ MENDES CAPRARO**

## AGRADECIMENTOS

Um grande agradecimento ao Professor André Mendes Capraro, pela grande ajuda durante este processo, sempre compreensivo e com o intuito de fazer sempre o melhor para que tudo saísse corretamente.

Agradeço a Carolina Endler, uma nova amiga, colaboradora essencial para a pesquisa.

“Há mais de dois mil anos vivíamos num mundo de deuses e deusas. Hoje, vivemos num mundo exclusivamente de deuses.”

Dan Brown

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	iii
<b>EPÍGRAFE</b> .....	iv
<b>SUMÁRIO</b> .....	v
<b>RESUMO</b> .....	viii
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	1
1.2 OBJETIVOS.....	3
1.3 JUSTIFICATIVAS.....	3
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	4
2.1 CARACTERIZAÇÃO.....	4
2.2 MÉTODO INDUTIVO.....	4
2.3 OPERACIONALIZAÇÃO.....	5
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	6
3.1 UM PRÉVIO JUÍZO DA MULHER.....	6
3.2 O DOMÍNIO MASCULINO.....	9
3.3 O JOGO BONITO DE SE VER.....	12
3.4 OS PILARES DA POPULARIDADE DO FUTEBOL.....	14
3.5 O FEMINISMO.....	17
3.6 OUTROS EXEMPLOS.....	20
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	25
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	28

## **RESUMO**

### **FUTEBOL FEMININO:**

#### **Notas sobre a discriminação da mulher no esporte**

Ao longo de sua história o futebol feminino brasileiro sempre lutou – e ainda luta – contra os discursos preconceituosos e estereotipados, a falta de organização e até o descaso dos responsáveis pela modalidade no Brasil. Considerando a inquestionável popularidade que o futebol tem em nosso país, queremos esclarecer as causas que fizeram do futebol feminino uma prática não tão popular quanto o futebol masculino chegando a ser uma atividade até proibida para as mulheres; descrever como se desenvolveu esta modalidade, lutando contra preconceitos e estereótipos fixados pela ideologia machista que desenvolveu o esporte no país; e conseqüentemente, difundindo um pouco da história do futebol feminino no Brasil. Considerando que nossa sociedade herdou a cultura machista dos colonizadores e imigrantes, então as mulheres sempre estiveram à margem das práticas esportivas no Brasil, o que as impediu de uma maior interação dos esportes em geral e do futebol em especial.

Palavras Chaves: Futebol, mulher, futebol feminino.

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A chegada do futebol no Brasil, no final do séc. XIX, fez com que a sociedade se identificasse com este novo esporte e que rapidamente ganhasse adeptos e espaço nos meios de comunicação (LUCENA, 2000). A partir desta data o futebol é uma das práticas mais populares do país capaz de minimizar diferenças econômicas, políticas, sociais e culturais num país como o Brasil (COLETIVO DE AUTORES, 1992). É comum a prática do futebol entre crianças, adultos e idosos, entre ricos e pobres, entre brancos e negros, porém não é comum, mesmo que como brincadeira, um jogo entre homens e mulheres.

O futebol feminino, sofre até hoje com a discriminação no Brasil, uma marginalização da mulher, visto que um dos fatores da “exclusão” feminina da prática do futebol seria sua inadequação física ao esporte (COSTA E SILVA, 2004).

Historicamente, o único acesso feminino ao futebol era sua tímida presença nos estádios. Com a popularização do esporte e sua fatal adesão pelas camadas mais diversas da sociedade, de grupos da mais variada condição social, entre outros fatores, fez com que mesmo uma simples presença no estádio, como espectadora, tornasse duvidoso o caráter feminino. Em relação a este ponto, convém lembrar que, os autores destacam o fato de que o futebol assume o lugar do remo e da equitação, até então considerados esportes por excelência no Brasil (LUCENA, 2000). Eram esportes apreciados pela elite, condição assumida pelo futebol, no início de sua vigência no país. Assim se explica a presença de mulheres nos estádios, uma vez que "participavam" como espectadoras de eventos relacionados àquelas duas práticas. Mas o que decide sobre as relações entre a mulher e o futebol, sobretudo, é seu caráter "rude" e "violento", portanto, não adequado para a prática feminina.

A partir dos fatos apontados acima, surge a pergunta sobre a razão pela qual o futebol brasileiro tem sido considerado como um esporte eminentemente masculino.

Primeiro isto ocorre devido a um prévio juízo sobre a mulher e, segundo, pelo domínio masculino no futebol, o que levou a uma "padronização de gestos, atitudes, comportamentos e até mesmo práticas desportivas diretamente relacionadas com o

gênero masculino". A partir daí, a exclusão da mulher é fatal (COSTA E SILVA, 2004).

"[Venho] Solicitar a clarividente atenção de V.Ex. para que seja conjurada uma calamidade que está prestes a desabar em cima da juventude feminina do Brasil. Refiro-me, Snr. Presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de m<sup>o</sup>ças, atraíndo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar êsse esporte violento, sem afetar, seriamente, o equilíbrio fisiológico das suas funções orgânicas, devido à natureza que dispoz a ser mãe... Ao que dizem os jornais, no Rio, já estão formados, nada menos de dez quadros femininos. Em S. Paulo e Belo Horizonte também já estão constituindo-se outros. E, neste crescendo, dentro de um ano, é provável que, em todo o Brasil, estejam organizados uns 200 clubes femininos de futebol, ou seja: 200 núcleos destroçadores da saúde de 2.200 futuras mães que, além do mais, ficarão presas de uma mentalidade depressiva e propensa aos exibicionismos rudes e extravagantes".

**José Fuzeira**

José Fuzeira era um cidadão comum, sem nome de gente importante, que em abril de 1940 mandou uma carta endereçada ao então presidente da Republica Getulio Vargas. Ele pedia para pôr fim à prática do futebol feminino no país. Nesse mesmo ano, o coro de protestos aumentava e somava-se à reação de Fuzeira. Médicos publicavam em jornais que o esporte era prejudicial às curvas femininas e à integridade dos órgãos de reprodução (DUARTE, 2003).

Por determinação do Conselho Nacional dos Desportos, a deliberação nº 7/65 regia que às mulheres: "Não é permitido a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia,..." (CASTELLANI FILHO, 1994), (ZACARIAS, 2000). "As mulheres não se permitiram à prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza".

Esta concepção dominante, inicialmente uma visão global da mulher nos esportes e, depois, em relação ao futebol, chega a conquistar a adesão de atletas femininas em relação a este último. A razão desta adesão é uma já existente diferenciação entre os sexos existentes na ordem social, com atribuições de estereótipos a cada um deles.

Inicialmente, portanto, como mal se consegue evitar a entrada feminina no futebol, e devido a sua ideologia vigente, a mulher que adere ao futebol passa a ter sua feminilidade questionada; o que parece ter tornado difícil sua aceitação até o



final dos anos 70, atingindo um maior reconhecimento no início dos anos 80 com o fim da proibição do futebol feminino em abril de 1985 pelo Conselho Regional de Desportos.

A sociedade machista fez com que o futebol feminino não evoluísse no país. Portanto o propósito deste trabalho é uma discussão teórica dos motivos que fizeram do futebol feminino uma prática historicamente menos popular se considerarmos a influência do futebol masculino no povo brasileiro.

## 1.2 OBJETIVOS

Considerando a inquestionável popularidade que o futebol tem em nosso país, queremos esclarecer as causas que fizeram do futebol feminino uma prática não tão popular quanto o futebol masculino chegando a ser uma atividade até proibida para as mulheres; descrever como se desenvolveu esta modalidade, lutando contra preconceitos e estereótipos fixados pela ideologia machista que desenvolveu o esporte bretão no país; e conseqüentemente, difundindo um pouco da história do futebol feminino no Brasil.

## 1.3 JUSTIFICATIVAS

Apesar de o futebol ser o esporte mais popular do país ainda encontramos uma grande dificuldade quanto à literatura específica para o problema de gênero no futebol. A sociedade machista que difundiu o futebol no Brasil impediu que as mulheres praticassem o futebol. Mesmo as mulheres sendo, atualmente, a maior parte da população brasileira, devido à história do futebol feminino, a mulher não teve uma participação mais ativa neste esporte que se mostrou forte na minimização de diferenças econômicas, políticas, sociais e culturais.

## **2 METODOLOGIA**

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO**

Pesquisa alguma parte hoje da estaca zero. Mesmo que exploratória, isto é, de avaliação de uma situação concreta desconhecida, em um dado local, alguém ou algum grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida. Uma procura de tais fontes, documentais ou bibliográficas, torna-se imprescindível para a não-inclusão de “lugares-comuns” no trabalho.

A citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes. Tanto a confirmação, em dada comunidade, de resultados obtidos em outra sociedade quanto a enumeração das discrepâncias são de grande importância.

Esta pesquisa bibliográfica compreende algumas fases que determinaram o método de trabalho a ser desenvolvido; escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação além da redação vão definir e distinguir de outros trabalhos a sua pesquisa bibliográfica.

### **2.2 MÉTODO INDUTIVO**

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Uma característica que não pode deixar de ser assinalada é que o argumento indutivo, da mesma forma que o dedutivo, fundamenta-se em premissas. Mas, se nos dedutivos, premissas verdadeiras levam inevitavelmente à conclusão verdadeira, nos indutivos, conduzem apenas a conclusões prováveis.

## 2.3 OPERACIONALIZAÇÃO

Com o conhecimento adquirido sobre a revisão das obras analisadas no contexto do futebol feminino foi possível chegar a hipóteses e justificativas acerca da menor popularidade do futebol feminino considerando a influência do futebol masculino no Brasil.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

É inegável a influência que o futebol tem na vida nacional, o futebol se impregnou na sociedade brasileira de uma forma tão avassaladora que uma criança, ao nascer – especialmente um homem – recebe um nome, uma religião e um time de futebol para torcer (DAOLIO, 1997).

O lugar que o futebol ocupa na vida social brasileira, a capacidade que o futebol tem de paralisar o país em dias de jogos da Copa do Mundo, o fato de uma grande quantidade de veículos de imprensa cobrir semanalmente jogos de futebol por todo o país, a grande quantidade de obras artísticas, de cinema, teatro, pintura, música, etc., que retratou o futebol. Todos esses fatos nos permitem pensar que o futebol é mais do que um simples esporte, com regras, técnicas e táticas.

Sendo assim, o futebol, assim como os rituais religiosos e o carnaval, além de outras práticas tipicamente brasileiras, pode ser visto como um veículo para uma série de dramatizações da sociedade brasileira. Dessa maneira, uma compreensão sociológica do futebol praticado no nosso país permitirá uma melhor interpretação da sociedade brasileira. O futebol praticado no Brasil é apenas um modo, entre outros existentes de a sociedade brasileira apresentar-se, deixando-se assim, descobrir (DaMATTA et alli, 1982).

O fato de o futebol ser um meio pelo qual as diferenças etárias, sociais, étnicas e éticas sejam menosprezadas (amenizadas) durante a realização de um jogo não se deu de forma igual na relação entre homens e mulheres acerca do futebol.

Isto ocorre devido a uma série de fatores que serão discutidos a seguir:

#### 3.1 UM PRÉVIO JUÍZO DA MULHER

Um dos principais empecilhos para a expansão da prática do futebol feminino no Brasil refere-se ao discurso preconceituoso e estereotipado que predominou durante o último século. Para manter as mulheres afastadas da prática de futebol foram utilizados argumentos de caráter biológico, cultural e psicológico (SOUZA JUNIOR & DARIDO, 2002).

No início do século XX, havia uma preocupação no tipo de atividade realizada pelas mulheres. Era uma preocupação da medicina, dos meios militares e também

uma representação da forma feminina perante a sociedade, fruto do pensamento higienista e eugenista implantado no Brasil e que se acentuou durante a gestão de Getúlio Vargas na presidência (ENDLER, 2004).

“Da mulher dependia a regeneração física e moral do povo, de sua prole saudável surgiriam os/as trabalhadores/as e soldados fortes, necessários para consolidação do ideal nacionalista. A mulher existia como retrato de sua maternidade, parte de um compromisso com a eugenia brasileira, (...)” (PACHECO, 1998, p.47).

A carta de José Fuzeira, um cidadão comum, datada de 25/04/1940 e repercutida pela imprensa, ao então presidente da república Getulio Vargas mostra a condição de submissão que a sociedade condicionava às mulheres.

"[Venho] Solicitar a clarividente atenção de V.Ex. para que seja conjurada uma calamidade que está prestes a desabar em cima da juventude feminina do Brasil. Refiro-me, Snr. Presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de môças, atraíndo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar êsse esporte violento, sem afetar, seriamente, o equilíbrio fisiológico das suas funções orgânicas, devido à natureza que dispoz a ser mãe... Ao que dizem os jornais, no Rio, já estão formados, nada menos de dez quadros femininos. Em S. Paulo e Belo Horizonte também já estão constituindo-se outros. E, neste crescendo, dentro de um ano, é provável que, em todo o Brasil, estejam organizados uns 200 clubes femininos de futebol, ou seja: 200 núcleos destroçadores da saúde de 2.200 futuras mães que, além do mais, ficarão presas de uma mentalidade depressiva e propensa aos exibicionismos rudes e extravagantes".

**José Fuzeira**

Em 1941 é promulgado o *Decreto-Lei nº 3.199*, que até o ano de 1975 estabeleceu as Bases de Organização dos Desportos em todo o país. Em seu artigo 54º encontramos referências à prática do esporte pelas mulheres. Preceituava o referido artigo:

*“... Às mulheres não se permitirá à prática dos esportes incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo para este efeito, o Conselho Nacional dos Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país...”*

Alguns anos depois, o Conselho Nacional dos Desportos baixou através da *Deliberação nº 7*, instruções às entidades desportivas do país sobre a prática de esportes pelas mulheres:

*“... Nº 1 – Às mulheres se permitirá (!) a prática de desportos na forma, modalidade e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observando o disposto na presente deliberação”.*

*“Nº 2 – Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e baseball...”.*

Não resta a menor dúvida que a simples leitura desses documentos nos conduz à constatação de que tal legislação explicitava uma distinção entre as atividades físicas a serem praticadas pelos homens daquelas a serem praticadas pelas mulheres, culminando por viabilizar aos primeiros, maiores oportunidades de desenvolverem-se em destrezas físicas. Leva-nos ainda, tal leitura, a detectar a intenção, nele contido, de se adaptar nossa juventude ao padrão de masculinidade e feminilidade vigente em nossa sociedade, vindo dessa forma ratificar a expectativa da nossa cultura no que concerne à suposta superioridade do sexo masculino sobre o feminino.

Como decorrência dessa forma de pensar evidenciou-se em outro documento legal concernente à Educação Física, o transparecer do entendimento da existência de determinadas tarefas a serem desenvolvidas exclusivamente pelas mulheres e outras pelos homens. É assim que interpretamos o preceituado na *lei nº 6.503/77* que dispõe sobre a leitura a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino, ao lermos em seu *artigo 1º, letra F*:

*Art. 1º - É facultativa a prática da Educação Física em todos os graus e ramos de Ensino(...).*

*Letra F – à aluna que tenha prole.*

Ao facultar à mulher com prole, o direito de isentar-se da prática da Educação Física, obrigatória em todos os níveis e ramos de escolaridade por força do Decreto-Lei nº 705/69, deixa transparecer o pensamento de que a educação da prole é de responsabilidade única e exclusiva das mães. Caso o entendimento fosse outro, homem com prole também deveria merecer o mesmo tratamento oferecido à mulher. Acontece que a ele é imputada outra tarefa que não a de cuidar dos afazeres domésticos (a educação dos filhos aí incluída). Seria dele a responsabilidade de garantir o sustento da família. É dele a incumbência de dar conta da atividade produtiva. (CASTELLANI FILHO, 1988).

De acordo com Osmar M. Souza Junior e Suraya C. Darido, a situação do futebol feminino nacional melhorou um pouco, a partir dos primeiros anos da década de 80, quando, na gestão do doutor Manoel José Gomes Tubino, no Conselho Nacional de Desportos (CND) reconheceu que era necessário estimular as mulheres nas diversas modalidades. Em 06/03/1986, o CND baixou a Recomendação nº 02, na qual “reconhece a necessidade de estímulo à participação da mulher nas diversas modalidades desportivas no país...” (CASTELLANI FILHO, 1988).

Hoje, com as normas do ONU (TOSCANO, 1995), que dizem respeito à Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, no art. 10 (III parte), a situação passa a ser diferente, pois a discriminação contra as mulheres deve ser eliminada tanto no âmbito educacional quanto esportivo; sendo assim, o conceito estereotipado de práticas ativas associadas ao sexo masculino e de atividades passivas vinculadas ao sexo feminino, devem ser vistos de forma diferente.

“Os Estados signatários deverão tomar todas as medidas necessárias para eliminar a discriminação contra as mulheres a fim de lhes garantir direitos iguais aos dos homens, para assegurar, com base na igualdade de homens e mulheres:

.....  
g) oportunidades idênticas para participarem ativamente em desportos e na educação física;”

### 3.2 O DOMÍNIO MASCULINO

A chegada do futebol no Brasil, no final do séc. XIX, fez com que a sociedade se identificasse com este novo esporte e que rapidamente ganhasse adeptos e espaço nos meios de comunicação (LUCENA, 2000). A partir desta data o futebol é uma das práticas mais populares do país capaz de minimizar diferenças econômicas, políticas, sociais e culturais num país como o Brasil (COLETIVO DE AUTORES, 1992). É comum a prática do futebol entre crianças, adultos e idosos, entre ricos e pobres, entre brancos e negros, porém não é comum, mesmo que como brincadeira, um jogo entre homens e mulheres.

O futebol feminino, sofre até hoje com a discriminação no Brasil, uma marginalização da mulher, visto que um dos fatores da “exclusão” feminina da prática do futebol seria sua inadequação física ao esporte (COSTA E SILVA, 2004).

Historicamente, o único acesso feminino ao futebol era sua tímida presença nos estádios. Com a popularização do esporte e sua fatal adesão pelas camadas mais diversas da sociedade, de grupos da mais variada condição social, entre outros fatores, fez com que mesmo uma simples presença no estádio, como espectadora, tornasse duvidoso o caráter feminino. Em relação a este ponto, convém lembrar que, destaca-se o fato de que o futebol assume o lugar do remo e da equitação, até então considerados esportes por excelência no Brasil (LUCENA, 2000). Eram esportes apreciados pela elite, condição assumida pelo futebol no início de sua vigência no país. Assim se explica a presença de mulheres nos estádios, uma vez que "participavam" como espectadoras de eventos relacionados àquelas duas práticas. Mas o que decide sobre as relações entre a mulher e o futebol, sobretudo, é seu caráter "rude", "violento", "viril", "competitivo" e "masculinizante", portanto, não adequado para a prática feminina (já que a mulher era estereotipada de meiga, delicada, sensível).

A mulher só começa a ganhar o seu espaço no esporte a partir do século XX, através de práticas individuais (como tênis e natação), atividades estas que não demandassem força física, contato físico ou risco, que são características masculinas, construídas culturalmente através da história.

Na sociedade brasileira, culturalmente, a exibição da bravura física era considerada de domínio exclusivo do homem. Os padrões da sociedade e da cultura, a ética e a moral, decretavam que a mulher não era capaz fisicamente de realizar atividades extenuantes, bem como atividades que provocassem o contato físico e sim, as práticas mais passivas e que acentuavam a beleza física (REIS, 1997).

O futebol (e o desporto coletivo em geral) é visto geralmente como essencialmente masculino. Isso se dá não somente nas representações dos torcedores, mas também, como vimos anteriormente, na legislação que o regulamenta: "futebol é coisa pra homem".

De acordo com Norbert Elias e Eric Dunning (1992), "o jogo de futebol é a representação de um confronto que se baseia, no fundamental, na expressão da masculinidade (...)." e visto como um espaço predominantemente masculino; a reduzida presença da mulher no futebol reflete a hierarquia e o sexismo impostos pela ordem social da sociedade androgênica, já que o futebol é um esporte que, segundo as crenças sociais, exige resistência viril, músculos fortes e desenvolvidos



que, sem dúvida, demonstram um estereótipo atribuído ao jogador de futebol (REIS, 1997).

Verificamos que no futebol, as habilidades motoras, os comportamentos no jogo, a aparência física, os uniformes e os “maneirismos” dos jogadores masculinos constituem a norma. Assim sendo, quando observamos o futebol feminino, percebe-se como masculinas essas habilidades, esses comportamentos, a aparência, o uniforme e os “maneirismos”, pois são associados à norma masculina do futebol (REIS, 1997).



Figura 1: A aparência, o uniforme e os “maneirismos”, são associados à norma masculina do futebol

Em virtude dos modos ditos “grosseiros” apresentados em campo, como brigar, dar pontapés e cuspir no chão (talvez formas de comportamento desenvolvidas pelas jogadoras para se sentirem aceitas, uma vez que o esporte se caracteriza como um domínio masculino), as atletas logo foram adjetivadas de “machonas”, “paraíbas” etc. Se o futebol é considerado um espaço ameaçador, de brigas, marginal, coloca-se no domínio masculino, pois aí se exercita o confronto com a polícia, no qual se afirma tanto a superioridade masculina (constantemente cobrada pela sociedade), quanto à marginalidade. Nesse quadro, a jogadora é desqualificada (até pelos companheiros de classe): se esta ali, igualmente pertence ao mundo perigoso e marginal, sendo assim identificada. A história do futebol feminino mostra-se inversa à do futebol masculino, no sentido de que este último,

nasceu como um esporte de elite, o futebol feminino demonstra outra trajetória. O grupo feminino sempre pertenceu às classes menos favorecidas, razão pela qual as atletas apresentaram comportamentos bastante parecidos com os de seus colegas homens, comportamentos repudiados pela elite, numa atitude de evitação, recebendo julgamentos como “falta de classe”, “mau cheiro”, “povo grosseiro” e outras denominações atribuídas àquela camada da população marginalizada. Isso explica, pelo menos em parte, as dificuldades encontradas pelo futebol feminino quando de sua implantação (BRUHNS, 2000).

### 3.3 O JOGO BONITO DE SE VER

Se, num primeiro momento, o que se viu dentro do futebol feminino foram as atitudes tidas como “grosseiras”, sendo o grupo feminino pertencente às classes menos favorecidas da sociedade, como citado anteriormente, nos anos 90 esse panorama passa a sofrer uma inversão com a adesão da elite feminina ao futebol.

Esta nova “onda” começa a ganhar espaço nos meios de comunicação devido ao fato dessas “atletas” serem modelos, o calção dá vez às “sainhas” e bermudas de lycra; os corpos são firmes, esculpidos através de aulas de ginástica, hipismo, vôlei; os cabelos são presos com fivelinhas e laços.

Podemos inferir daí que o “jogo bonito de se ver” não está relacionado ao jogo em si, nem ao aspecto estético do movimento, das belas jogadas, mas às pernas das jogadoras, às “sainhas e bermudas” (um futebol não mais marginal; agora “frágil”, porém “quente”) enfim, associado a uma imagem veiculada e vendida pela indústria cultural sobre determinado padrão de beleza feminina, associada a certa distinção social: a estética do jogo confunde-se com certa estética corporal (BRUHNS, 2000).

Um exemplo que permite compreender melhor esta questão: segundo a Revista Veja (1996) o clube mais antigo de futebol feminino do Brasil, o Saad Esporte Clube, com quinze anos de atividade, percebendo que o futebol crescia no meio da juventude feminina, fez um projeto de marketing cujo grupo de jogadoras obedeceria ao novo perfil da modalidade, de atletas jovens e, sempre que possível, atraentes. De acordo com os autores desta proposta, este projeto teve o intuito de minimizar o preconceito existente em relação ao futebol feminino e, assim, desenvolver o esporte no país. Acreditava-se que moças bonitas jogando futebol

despertariam nas mulheres de todas as faixas etárias o interesse pela prática deste esporte.

Esta estratégia de se conquistar o público e recrutar um maior número de praticantes através do embelezamento das atletas do futebol foi novamente a proposta da Federação Paulista de Futebol e da Pelé Sports & Marketing para o Campeonato Paulista de Futebol Feminino 2001, no qual a beleza, como fator preponderante, aliada à técnica serviu de critério para a seleção das atletas que integrariam as equipes participantes e preconizava, a necessidade de “desenvolver ações que enalteçam a beleza e a sensualidade da jogadora para atrair o público masculino” e “desenvolver ações de consultoria de imagem, estilo pessoal e treinamento de mídia com as jogadoras”. (Folha de São Paulo, 2001).

No momento em que o espaço foi aberto para a prática do esporte, elas só poderiam participar de uma equipe caso fossem atraentes. Na verdade, de um desafio “jogar futebol”, passam a ter que conviver com outro, “ser bonita” para jogar. É óbvio que por trás estão interesses econômicos ligados ao esporte. Mulheres bonitas “vendem” com mais facilidade, mas é fundamental estar atento a essas novas formas de discriminação (DARIDO, 2002).



Figura 2: Na foto ao lado, modelos utilizando o futebol como estratégia de marketing para auto-promoção.



Figura 3: Acima, imagem de garotas “gostasas” com shortinhos e bermudas de lycra que faz com que o futebol feminino não seja levado a sério.

Também corroborando para esta mudança de cenário que temos acompanhado no Brasil, Darido acrescenta a participação da mídia que, de acordo com Kenski (1995 citada por Darido, 1999) tem no esporte um espetáculo de fácil produção, baixo custo e grande rentabilidade.

Darido (1999) levanta a hipótese de que o futebol feminino tenha passado a fazer parte da programação televisiva a partir de 1994 por razões de ordem econômica, ou seja, surgiu como uma solução barata para cobrir a programação de um horário em aberto de uma rede de TV aberta.

Segundo Heloísa Bruhns (2000), devemos estar atentos para aquilo que permanece implícito. O fator biológico do sexo imbuí-se de sentido num determinado contexto. Assim, os pré-determinismos devem ser contestados. A dinâmica cultural, encerrada na dialética entre significado e ação social. Sob o ângulo estético, não existe a mulher, mas uma pluralidade de realizações do ser feminino. Nessa construção social, estão presentes posições de classe, religião, grupo étnico, biografia e trajetórias pessoais, redes de parentesco, dentre outros.

O fato de o futebol feminino no Brasil ser vinculado à imagem de garotas “gostasas” faz com que as adeptas do esporte (agora não mais modelos) não sejam levadas a sério.

### 3.4 OS PILARES DA POPULARIDADE DO FUTEBOL

“Futebol é o ópio do povo”. Esta visão utilitarista da sociologia foi difundida por alguns militantes de esquerda na época da Copa do Mundo de 1970, no México. O Brasil passava naquela época por um período de ditadura, repressão e censura e algumas facções políticas achavam, com alguma razão, que uma vitória brasileira seria utilizada pelos militares para divulgar o sistema político vigente, ocultando da grande massa os reais problemas existentes no país (DAOLIO, 1997).

Contrário a estas idéias, DaMatta et alii (1982) propõem o enfoque de estudo do futebol como uma atividade da sociedade:

Enquanto uma atividade da sociedade, o esporte é a própria sociedade, exprimindo-se por meio de uma certa perspectiva, regras, relações, objetos, gestos, ideologias etc., permitindo, assim, abrir um espaço social determinado: o espaço do esporte e do jogo. (p. 24)

Pretendemos considerar o futebol como algo além de um mero esporte com um conjunto de regras, objetivando o lazer de quem o pratica ou de quem o assiste. Vamos aqui considerar o futebol como uma prática social que, como tal, expressa a sociedade brasileira, com todas as suas aspirações mais antigas, seus desejos mais profundos e suas contradições mais camufladas (DAOLIO, 1997).

De acordo com DaMatta et alli (1982), levantaremos quatro aspectos do futebol que se relacionam com as características do povo brasileiro e que justificariam a popularidade do futebol no país, entretanto quais destes aspectos apontados por DaMatta et alli (1982) justificam uma popularidade do futebol feminino.

DaMatta et alli (1982) apresenta que o primeiro ponto refere-se a igualdade existente no futebol, o fato de, durante uma partida os times terem condições iguais de conquistar uma vitória, que as regras foram elaboradas visando esta condição de igualdade, que até a composição das torcidas é igualitária, o indivíduo torce para o time que quiser.

Vemos em nossa sociedade que não existe esta condição de igualdade entre homens e mulheres, a herança cultural que nos foi concebida se caracteriza como um domínio masculino, seja nas posições das classes sociais, na religião, no grupo étnico, etc.

Como pudemos observar em capítulos anteriores nossa herança é uma cultura androgênica e machista que criou até leis para impedir às mulheres praticas esportivas como o futebol.

O segundo ponto ressaltado é que o futebol é um esporte jogado basicamente com os pés e é justamente isso que Byington in Daolio (1997) considera revolucionário no futebol. Essa habilidade com os pés seria, segundo Mauss (1974), uma técnica corporal, característica motora de uma sociedade, passível de transmissão para seus descendentes. Essa noção explicaria o fato de os meninos no Brasil nascerem, praticamente, “sabendo jogar futebol”. Já no caso das meninas é diferente, novamente nossa herança cultural atua aqui, Romero (1994) entende que há diferenciação efetiva em termos de experiências de movimentos vivenciados por meninos e meninas. Aos primeiros são permitidas e incentivadas brincadeiras mais agressivas e livres, eles jogam bola nas ruas, soltam pipas, andam de bicicleta, rolam no chão em brigas intermináveis, envolvendo riscos e desafios, o que os auxilia e favorece o desenvolvimento da motricidade ampla. As meninas, por outro lado, são desencorajadas, e até mesmo proibidas, de praticarem essas brincadeiras e atividades, sendo educadas para as tarefas domésticas, a grande maioria tendo como primeiro brinquedo uma boneca e, em função desse tratamento diferenciado, tem-se um quadro de desempenho motor igualmente diferenciado desenvolvendo, como consequência, a motricidade fina (DARIDO, 2002). Mais próximo da Educação

Física, uma necessidade de se relativizar foi indicada no relato etnográfico de Daolio (1997) quando o autor, na sua prática docente em uma escola de ensino fundamental, deparou-se com uma situação onde as meninas se sentiam inferiorizadas nas práticas esportivas mistas se auto-designando negativamente de “antas” (CAPRARO, 2003).

O terceiro aspecto do futebol que se relaciona com a cultura brasileira é a necessidade e a importância em uma partida do drible que nada mais é do que um ato de esperteza para levar vantagem, a malandragem para marcar um gol. Castellani Filho (1985) pergunta se essa molecagem é a expressão da arte popular, e que no futebol, um palco que melhor possibilita a encenação da tragédia popular.

No entanto, como vimos durante a história do futebol feminino, por mais que a mulher, inserida no futebol feminino, dribla as dificuldades que afetam o esporte, novamente aparece um novo problema, outro empecilho, que dificulta a popularidade do futebol feminino.

O quarto e último pilar, na análise de DaMatta et alli (1982), é a permissão para a livre expressão individual dentro de campo. Apesar de ser um esporte coletivo, o futebol permite e até incentiva as jogadas individuais. Da mesma forma, na vida cotidiana, todos os indivíduos devem cumprir regras sociais, mas há uma necessidade de, ao se fazer o que todos fazem, perceber-se como um indivíduo único, diferente de todos os outros. Esse exercício é perfeitamente possível num esporte como o futebol (DAOLIO, 1997). Um jogador que, individualmente, consegue decidir uma partida ganha destaque dentro do esporte e nos meios de comunicação em todo o país. No futebol feminino pouco se fala, pouco se mostra, tanto no nível da prática do futebol quanto de uma jogadora de destaque, por melhor técnica que demonstre o esporte ou a atleta.

Consideramos assim que, dos aspectos apresentados por DaMatta et alli (1982), nenhum justifica a popularidade do futebol feminino. Vale ressaltar que, quando da elaboração da pesquisa de DaMatta et alii (1982) o futebol feminino tinha acabado de ser legalizado no país, portanto não era uma atividade tão desenvolvida quanto é hoje. Sendo assim, consideramos também que DaMatta et alii (1982) não se utilizaram do futebol feminino para justificar o futebol que se relaciona com as características do povo brasileiro.

### 3.5 O FEMINISMO

“O *masculino* e o *feminino* são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social (...)”.

Alves & Pitangy (1982) in Abreu (1993)

O esporte moderno é um fenômeno social que traz consigo uma predominância masculina através dos séculos, acompanhando a tendência social que tem privilegiado o patriarcado, demandando um modelo esportivo de cunho machista impregnado de símbolos, mitos, crenças e valores discriminatórios (REIS, 1997).

De acordo com Luiz Sugimoto (2004) “os estudos sobre futebol nas ciências sociais em nosso país ainda são incipientes e, quando levamos o tema para as relações de gênero, são nulos. O esporte em geral era visto como algo alienante. Mesmo no movimento feminista, nota-se grande preocupação com o corpo – reprodução, maternidade, sexo, expressão, violência, sensibilidade -, mas persiste a lacuna quando se trata da mulher no esporte. De futebol, então, nem se fala.”

Muito embora as idéias feministas já estivessem presentes no século XIX, o início do século XX anuncia um tempo de modernidades, onde a mulher brasileira de elite inicia sua emancipação na sociedade, cada vez se inserindo mais no espaço público, buscando o conhecimento e o reconhecimento dos seus direitos.

A questão que se delinea como problema deste capítulo é revelar quais seriam os sentidos das representações e práticas sociais vinculadas às idéias de segregação, participação e democratização relativas às atividades físico-desportivas femininas. De acordo com Denise Jodelet in Mourão (2004), representações sociais são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

A hipótese que nos guiará neste momento se constitui a partir de uma premissa intuitiva, de que a segregação, inserção e crescente participação da mulher brasileira na prática de atividade física e no esporte na passagem do século XIX para o XX, bem como a continuidade desta prática, se deu através do contorno ou superação de alguns obstáculos nos domínios da prática e da representação,

cercada de preconceitos, discriminações e interdições, e marcada pelas ideologias patriarcal, higiênica e eugênica.

O que se apresenta como desdobramento na hipótese é que se a mulher demonstrasse interesse, vontade, desejo de praticar atividade físico-desportiva, e se houvesse contexto familiar que a apoiasse, ela não encontraria proibições. No entanto, isso, no século XIX e início do século XX, era fato raro. Observa-se que as mulheres que tinham acesso a essa prática, considerada reservadamente masculina, eram aquelas que pertenciam à elite. As atividades físico-desportivas se tornavam possíveis, sobretudo com apoio e influência da família, e normalmente eram restritas ao espaço privado.

Portanto, o processo de inserção e crescente participação da mulher em atividades físico-desportivas sugere um certo grau de autonomia, ou seja, uma movimentação autônoma da mulher que se inseria nessa prática; ela não estava a serviço da pátria ou da humanidade, e sim a serviço de suas vontades e desejos. As demandas das mulheres para o esporte e a educação física eram expressão dos mais variados esforços de liberação feminina, que se tornariam cada vez mais evidentes com a maturidade do século. Ao analisar o esporte no conjunto das demais dimensões sociais e políticas da vida da mulher, identifica-se que o fenômeno da atividade esportiva se concentra na natureza relativamente “voluntária” e individual da mulher brasileira de elite. (MOURÃO, 2004).

Com o advento do movimento feminista, nas últimas décadas, começamos a observar uma preocupação referente à dificuldade que a mulher enfrentava para ter acesso ao mundo do lazer e da atividade física e esportiva em geral. As pesquisas que investigam o problema da participação da mulher nas atividades físicas e no esporte propriamente dito, indicam que o casamento, os filhos e as responsabilidades domésticas são as razões principais para a não participação das mulheres naquelas atividades (REIS, 1997).

A revista *Veja* (Flores do Campo, 1996, p. 72-73) traz uma matéria afirmando que o futebol feminino teve seu início marcado por jogos organizados por diferentes boates gays no final da década de 70. O *Jornal do Brasil* (29/11/76) sugere que as primeiras partidas de futebol feminino na praia foram jogadas no Leblon, Rio de Janeiro, em dezembro de 1975, sempre tarde da noite em função das jogadoras serem empregadas domésticas.



É visível a dominação exercida por parte dos meninos nos espaços destinados à prática esportiva e conseqüentemente ao futebol. Este contraste traz consigo implicitamente uma relação de disputa de poder, pois, sendo a quadra um símbolo do domínio masculino expresso, na maioria das vezes, através do futebol, a reivindicação por parte das meninas da inclusão do futebol em suas aulas de Educação Física, pode ser vista como uma resistência à dominação, ou mesmo uma tentativa de contra-dominação frente à hegemonia masculina (SOUZA JUNIOR & DARIDO, 2002).

O processo de apropriação do espaço esportivo pela mulher é qualitativamente diferente do processo de apropriação de outros espaços, em que é mais tensa a relação entre os gêneros, porque, propriamente, a mulher brasileira não demandou um confronto com o homem, numa redistribuição do território esportivo. Antes, passou a aparecer, tornou-se visível, no turfe, na natação, no tênis, e assim sucessivamente, sem representar perigo à hegemonia masculina. Foi – e é – um processo de infiltração lento e progressivo na prática, sem o discurso de contestação por parte das mulheres. Hoje, quando se mapeia o território brasileiro, verifica-se que a mulher está presente na prática de quase todas as modalidades esportivas e, simultaneamente, assistimos a uma transformação visível das representações sociais face à sua infiltração nessa prática (MOURÃO, 2004).

### 3.6 OUTROS EXEMPLOS

A participação da mulher nos esportes é merecedora de nossa atenção e reconhecimento pois nem sempre foram – e algumas vezes ainda não são – iguais as condições de acesso e participação dessas mulheres, se comparada aos homens, no campo destas práticas no esporte de lazer, no esporte educacional, na educação física escolar, na visibilidade conferida pela mídia, nos cargos de administração e gestão, nos valores de alguns prêmios atribuídos aos vencedores e vencedoras de competições esportivas, entre outras. (GOELLNER, 2004)

Porém, o fato de não terem muita visibilidade quando comparado aos homens, não significa afirmar que não tenham existido ou que estiveram ao largo de determinadas atividades esportivas.

Apesar da sempre crescente presença feminina na vida esportiva do país, a situação atual das mulheres deve ser avaliada com cautela. Mesmo que sua

participação como esportistas seja significativa, ainda é consideravelmente menor que a dos homens. Esta diferença pode ser identificada nas mais diversas instâncias onde se praticam as atividades corporais e esportivas, tais como, nos Jogos Olímpicos, nos clubes esportivos, nas atividades escolares, nas áreas de lazer, na presença em estádios e ginásios como espectadores e também nos meios de comunicação de massa, que destinam aos atletas homens maior destaque e projeção.

O futebol – principal modalidade esportiva praticada no país – exemplifica bem esta situação. O número de mulheres brasileiras que hoje praticam o futebol em clubes e áreas de lazer aumentou se comparado à década anterior; e os campeonatos regionais e nacionais proliferam a cada momento. Porém, não há um número considerável de mulheres nas comissões técnicas dos clubes de futebol feminino, nem no nível administrativo das entidades que regem este esporte. Além disso vários preconceitos e estereótipos ainda cercam a prática das mulheres desta modalidade, tais como a associação de sua imagem a homossexualidade ou os perigos do choque da bola para sua saúde reprodutiva (GOELLNER, 2004).

Transformar o esporte número um do país em um esporte para todos parece mais difícil do que parece, já que no Brasil há um sistema organizacional que rege o futebol masculino o que não acontece com o feminino. Têm-se notícias das tentativas de organizar o futebol feminino, mas esbarramos na falta de interesse por parte da direção da Confederação Brasileira de Futebol (ENDLER, 2004).

“Assistindo de camarote a derrocada do futebol feminino brasileiro, a CBF pouco faz para tentar salvar a modalidade. ‘Vamos realizar um campeonato brasileiro com 20 clubes em agosto’, limita-se a dizer Paulo Dutra, diretor técnico da entidade para a modalidade. Perguntado sobre quais seriam os clubes, Dutra respondeu: ‘os campeões regionais’, emendou. O diretor só esqueceu que apenas dois estados tem campeonatos previstos: Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que ainda dependem da reunião de seus conselhos arbitrais.” (NASCIMENTO, 2001)

“A CBF faz sua parte. Estamos planejando um campeonato nacional, mas as federações precisam apoiar o esporte”, diz antes de afirmar que encaminhou pedido à Federação Paulista de para saber quais equipes participariam do nacional, mas não obteve resposta da entidade”. (NASCIMENTO, 2001)

“Somente em março, a entidade voltou a dar atenção para a categoria e, após 5 meses, anunciou o novo treinador. Trata-se de Paulo Gonçalves, que sempre dirigiu equipes masculinas em Goiás.

Experiência com times femininos: nenhuma. Acredito que não exista muita diferença, só a carga de treinamento é diferente”, afirma. Gonçalves foi escolha particular de Luiz Miguel, diretor da comissão de futebol feminino da CBF. “Deixa só ele lidar com as jogadoras menstruadas. Mulher é tudo diferente” diz Helena Pacheco, que há 11 anos comanda o futebol feminino do Vasco”. (NASCIMENTO, 2001).

As atletas que tentam a profissionalização nem sempre acabam bem. Algumas estão desempregadas e outras estão indo para fora do país, onde o futebol feminino é mais valorizado.

O futebol feminino no Brasil está mergulhado no amadorismo. Sem investimentos, as melhores jogadoras brasileiras acabam migrando para os EUA e Europa.

Uma hipótese para tanto descaso com a modalidade pode ser a falta de interesse da mídia, como também da CBF, órgão máximo do futebol brasileiro. No entanto, com os bons resultados das atletas do futebol nas Olimpíadas, principalmente em 2004, quando a seleção ganhou segundo lugar em Atenas, a CBF começa a reconhecer o valor dessa modalidade no Brasil (ENDLER, 2004).

“A conquista pelo futebol feminino pode valer ouro para o futuro do esporte no país. A CBF estuda a criação de um campeonato brasileiro, possivelmente regionalizado, e existem propostas de leis de incentivo aos clubes para que invistam na modalidade” (O ESTADO DO PARANÁ, 2004).

Após as conquistas muitos elogios e algumas promessas para melhorar as condições dessa modalidade foram feitos pela CBF, mas nenhuma providência foi tomada até o presente momento. Tudo leva a hipótese de que foram somente promessas frente ao bom momento em que a seleção demonstrou estar, já que a seleção masculina nem se classificou para as olimpíadas de Atenas e todas as tentativas só levaram a medalha de prata, no entanto a feminina, apesar de ser uma seleção recente, na sua quarta tentativa conquistou a medalha de prata. (ENDLER, 2004).

Por ser uma modalidade recente, o futebol feminino ainda tem um longo caminho para as conquistas e para que haja transformações, não só da sociedade em relação a esse esporte, mas também das autoridades responsáveis pelo futebol no Brasil.

Segundo Barros & Guerra (2004): “O jogo de futebol feminino tem um longo caminho até alcançar a história do futebol masculino. O apoio dos países para esse esporte ainda é pequeno e se torna difícil organizar eventos...”.

Apesar das dificuldades relatadas, as crianças, jovens e mulheres estão aderindo ao esporte e, a cada ano cresce o número de participações nos campeonatos municipais e a procura por escolinhas de futebol feminino.

“O número de mulheres brasileiras que hoje praticam o futebol em clubes e áreas de lazer aumentou se comparado com a década anterior; e os campeonatos regionais e nacionais proliferam a cada momento. Porém, não há um número considerável de mulheres nas comissões técnicas dos clubes de futebol feminino, nem no nível administrativo das entidades que regem este esporte” (LUIZELLI, 2004).

Se estabelecer nesta modalidade que não tem apoio da mídia e das organizações responsáveis é uma jornada desencorajadora, mas alguns têm lutado para que o futebol feminino seja um esporte atrativo e que obtenha crescimento no país. (ENDLER, 2004).

Outro campo de atuação ainda muito restrito para as mulheres quando comparada aos homens é a atuação como técnicas esportivas. Esse ainda é um espaço de domínio masculino, em especial, nas equipes de alto nível. E essa não é uma luta recente das mulheres.

A inexpressiva participação da mulher nos setores de organização e de direção do esporte, como por exemplo, nas federações e confederações esportivas e no Comitê Olímpico Brasileiro, cujos cargos permanecem sob o domínio dos homens mesmo após a indicação do Comitê Olímpico Internacional, em 2000, de que os Comitês Nacionais procurassem promover estratégias de inserção da mulher nos cargos de comando de forma a se aproximar do percentual de 10%. (PFISTER, 2003)

Enfim, ainda que a participação feminina tenha aumentado significativamente nos últimos anos que respeita a sua atuação como atleta de alto nível ainda é muito restrita sua inserção na gestão esportiva. De acordo com o site do Comitê Olímpico Brasileiro, das 53 Confederações Esportivas apenas 1 é dirigida por uma mulher (Confederação Brasileira de Ginástica). Quando se pensa nas Federações Esportivas o índice não chega a 1%.

Dentro do Ministério do Esporte, a única que conseguiu ocupar uma cadeira de destaque foi a ex-jogadora de basquete Magic Paula (Maria Paula Gonçalves da Silva). Em 2003, ela permaneceu por cinco meses na Secretaria Nacional de Alto Rendimento. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005).

Enquanto no século XIX a participação das mulheres em eventos esportivos restringia-se basicamente a assistência e ao acompanhamento de seus maridos, com pouca participação ativa nas provas, ela é hoje muito mais ampla e diversificada. Todavia, isso não significa afirmar que os homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades no campo esportivo ou que preconceitos quanto à participação feminina inexistam. Não é raro, ainda hoje, encontrar nas escolas de primeiro e segundo graus disparidades relevantes no que se refere ao acesso de meninas e meninos nas atividades físicas realizadas nas aulas de educação física e/ou no âmbito do esporte educativo. (GOELLNER, 2004)

Se o esporte se traduz como um importante elemento para a promoção de uma maior visibilidade das mulheres no espaço público e se, ao longo da história do esporte nacional, houve a projeção de vários talentos esportivos femininos, vale registrar que essas conquistas resultam muito mais do esforço individual e de pequenos grupos de mulheres (e também de homens) do que de uma efetiva política nacional de inclusão das mulheres no âmbito do esporte e das atividades de lazer. (GOELLNER, 2004)

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso preconceituoso e estereotipado que predominou durante o último século foi um dos principais empecilhos para a expansão do futebol feminino no Brasil.

Durante boa parte do século passado o futebol feminino foi uma prática ilícita, considerado proibido por mais de 30 anos. Para manter as mulheres afastadas da prática de futebol foram utilizados argumentos de caráter biológico, cultural e psicológico. Preconizava-se que a mulher, de características sensíveis, meiga, delicada, era incompatível com a prática do futebol, que se tratava de um esporte rude, violento, viril, masculinizante, além de a mulher estar sujeita a ferir sua integridade reprodutora, fatores que eram frutos do pensamento higienista e eugenista implantados no país para consolidação do ideal nacionalista.

Apesar do fim da proibição das mulheres em praticar o futebol, na década de 80, o domínio masculino no esporte ainda é evidente. A igualdade de oportunidades oferecidas a homens e mulheres é diferente, os estímulos motores amplamente explorados pelos meninos geralmente são negligenciados às meninas. Os papéis sociais determinados para homens e mulheres são distintos no mundo predominantemente patriarcal em que vivemos.

Os setores administrativos que comandam o futebol feminino são masculinos, sem preocupação e até descaso com as necessidades e anseios da modalidade. Campeonatos de futebol feminino são criados com uma preocupação estética em detrimento as habilidades técnicas que deveriam ser a característica norteadora do esporte.

As mulheres não são iguais aos homens, os direitos é que devem ser, e o futebol não é um caso a parte, com o preconceito, as meninas não têm as mesmas oportunidades de jogar bola.

Mesmo com o avanço da mulher observado através da história nos aspectos social, político, econômico e cultural, estas ainda sofrem muitas discriminações e preconceitos, sendo reflexos de uma cultura arcaica ainda presente nos dias atuais.

Todavia, a mulher está, cada vez mais, conquistando este esporte, que no Brasil é culturalmente praticado pelo sexo masculino.

Podemos dizer que a prática do futebol feminino no nosso país só foi possível graças a uma conjunção de fatores, entre eles a resistência de algumas

mulheres, interesses econômicos representados especialmente pela mídia, além da democratização do país ocorrida a partir da década de 80 e, com menor força, as próprias discussões efetuadas no campo acadêmico da Educação Física / Esporte.

Acreditamos que políticas públicas possam minimizar as diferenças de oportunidades entre meninos e meninas, por exemplo, oferecendo os mesmos estímulos que são amplamente explorados pelos meninos às meninas, enquanto crianças, para que elas tenham um maior envolvimento com atividades físicas.

O apoio da mídia que, de forma geral, não encara o futebol feminino como um esporte sério e de prestígio e ainda associa a estética feminina como ponto fundamental para a aceitação da prática deste esporte pela mulher. Reportagens e comentários sérios poderiam atrair a divulgação para o surgimento do patrocínio e, conseqüentemente proporcionar a evolução do futebol feminino.

Uma preocupação maior com as necessidades e anseios da modalidade deveriam ser a prioridade às autoridades que organizam o futebol feminino no Brasil.

O apoio dos clubes masculinos poderia tornar o futebol feminino profissionalizado e organizado no futuro.

Sem estes apoios e interesses podemos levar anos para notar diferenças no desenvolvimento do esporte. Com os apoios poderemos em breve estar comemorando os bons resultados que, com certeza, virão desta modalidade.

Depois de comentar e demonstrar a realidade desta modalidade no Brasil, acredita-se que o esporte ainda tenha muito para aprender e a ensinar, assim destacam-se as palavras de Turíbio Barros: “Não é apropriado compararmos o jogo masculino e feminino em bases iguais. Todos jogam o mesmo jogo, com as mesmas regras; apenas os jogos são diferentes. Não são melhores nem piores; apenas diferentes”. (BARROS, 2004, p. 52).

Considerando o que neste trabalho foi explicitado, e com a certeza da pouca literatura que engloba este assunto, acredito que ainda muito a de ser feito no futuro, as necessidades do esporte requerem um apoio maior do poder governamental do país, da mídia, e dos professores de Educação Física, que podem trabalhar o futebol com as meninas na escola com o intuito de garantir novas atletas para a modalidade e, de quebra, promover a continuidade do trabalho de pessoas que consideram o futebol feminino como um esporte sério, que merece a organização e o profissionalismo que encontramos no futebol masculino brasileiro atualmente.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Neisi G. **Meninos pra cá, meninas pra lá?** In: Votre, S. J. (Org. ), Ensino e Avaliação em Educação Física. Rio de Janeiro: Ed. Central da UGF, p. 101-120, 1993.
- BARROS, T. L. de; GUERRA, I. **Ciência do Esporte**. Barueri, SP: Manole, 2004
- BRUHNS, Heloisa Turini. **Futebol, Carnaval e Capoeira**. 2000. Campinas –SP
- CAPRARO, André Mendes. **Pesquisa de Campo Na Educação Física (e Esporte): Novos Objetos para a “Velha” Etnografia**. Curitiba: Mimoe, 2003.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **O Fenômeno Cultural Chamado “Futebol”: uma proposta de estudo**. Artus, 8 (15) p. 6-9, 1985.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 1988. Papyrus; Campinas, SP.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Política Educacional e Educação Física**. 1994. Autores Associados; São Paulo.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. 1992. – Cortez; São Paulo.
- COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. Disponível em <http://www.cob.org.br/default2.asp>  
Acesso em outubro de 2005
- COSTA E SILVA, Tatiana G. A. **A História da Mulher no Futebol**. Disponível em: <http://www.geocities.com/Augusta/Fairway/9165/frames.htm>. Acesso em junho de 2004.
- DAMATTA, Roberto et alii. **Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro. Pinakotheke. 1982.
- DAOLIO, Jocimar. **Cultura, Educação Física e Futebol**. 1997. Campinas - SP
- DARIDO, Suraya C. **Futebol Feminino no Brasil: Do seu Início à Prática Pedagógica**. Motriz. Abr-Ago 2002, Vol 8 n. 2, pp 43-49.
- DARIDO, Suraya C. **Educação Física no Escola: Questões e Reflexões**. Araras, SP. Gráfica e Editora Topázio. 1999
- DUARTE, Flávia. **As Meninas do Gramado**. Disponível em: [http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO\\_20030608/sup\\_rvd\\_080603\\_64.htm](http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030608/sup_rvd_080603_64.htm). Acesso em abril de 2004.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa. Difel, 1992



ENDLER, Carolina. **Caracterização do Futebol Feminino: Um estudo etnográfico em um Clube na cidade de Curitiba**. 2004. – Dissertação de Monografia, UnicenP, Curitiba

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Mulher e Esporte em Perspectiva**. em [http://www.esporte.gov.br/arquivos/mulher\\_esporte/esporte\\_mulher.pdf](http://www.esporte.gov.br/arquivos/mulher_esporte/esporte_mulher.pdf) acesso em outubro de 2004.

Jornal Folha de São Paulo, **FPF institui jogadora-objeto no Paulista**. 16/09/2001. caderno D, p. 5

Jornal Folha de São Paulo, **Ituano faz ioga e brilha com chefe de saia**. 20/01/2005. caderno D

Jornal O Estado do Paraná, **Paraná**, 27/08/2004, pag. 14.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 1992. – Atlas; São Paulo.

LUCENA, Ricardo Figueiredo. **O Esporte na Cidade: Aspectos do Esforço Civilizador Brasileiro**. 2000. Tese de Doutorado – Unicamp; Campinas.

LUIZELLI, E. M. Futebol feminino. Disponível em [http://www.duda.com.br/fut\\_fem/principal.htm](http://www.duda.com.br/fut_fem/principal.htm) Acesso em novembro de 2004.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974. 2 vol.

MOURÃO, Ludmila. **Representação Social da Mulher Brasileira nas Atividades Físico-Desportivas: da Segregação à Democratização**. Movimento – Ano VII. Nº 13. 2000/2

MUSEU DOS ESPORTES. **Futebol Feminino**. Disponível em: <http://www.museudosportes.com.br>. Acesso em junho de 2004.

NASCIMENTO, A. **CBF não explica nacional**. Gazeta Esportiva. São Paulo, 16 de abril de 2001.

PACHECO, A. J. P. **Educação Física Feminina: uma abordagem de gênero sobre as décadas de 1930 e 1940**. Revista da Educação Física/UEM, Número 9, p.45-52, 1998

PFISTER, Gertrud. **Líderes femininas em organizações esportivas – tendências mundiais**. Revista Movimento, volume 09, número 2, mai-ago, 2003.

REIS, Lúcia da Costa. **A Mulher que Joga Futebol**. São Paulo, SP. 1997

Revista Veja. **Flores do Campo**. Ed. Abril. 30/10/1996. pp 72-73

ROMERO, E. **A Educação Física a Serviço da Ideologia Sexista**. Revista Brasileira de Ciência do Esporte. V. 15. n. 3, jan, 1994.

SOUZA JUNIOR, Osmar Moreira; DARIDO, Suraya Cristina. **A Prática do Futebol Feminino no Ensino Fundamental**. 2002. – Revista Motriz

TOSCANO, Moema. **Igualdade na escola: preconceitos sexuais na educação**. Rio de Janeiro: CEDIM, 1995.

ZACARIAS, Lídia dos Santos. **Esporte e Gênero: Reflexões a partir da teoria do processo civilizador**. 2000. – Universidade Federal de Juiz de Fora.

ZAGO, Vitório. **Mestrando relaciona o futebol feminino no Brasil com movimentos higienista, eugenista e feminista**. Disponível em: <http://www.camisa12.esp.br/colunas/vitozago/2003/1060,1,030926.asp>. Acesso em junho de 2004.

### ***Documentos Legais***

- Decreto Lei nº 3.199 de 14/4/41 – Estabelece as Bases de Organização dos Desportos em todo o país.
- Deliberação CND nº 7/65 – Baixa instruções às Entidades Desportivas do país sobre a prática de desportos pelas mulheres.
- Lei nº 6.503 de 13/12/77 – Dispõe sobre a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino.
- Decreto-lei nº 705/69 – Torna obrigatória a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino.
- Recomendação CND nº 02/86 – Reconhece a necessidade de estímulo à participação da mulher nas diversas modalidades desportivas no país.